

Moção

Avançar em Igualdade



Cristina Calisto
Candidatura
MS-ID

O princípio da igualdade e a não discriminação são eixos nucleares do direito internacional dos direitos humanos. Assim, toda a pessoa, sem distinção, tem direito a desfrutar de todos os direitos humanos, sendo igual perante a lei, gozando, ainda, de proteção contra todo o tipo de discriminação.

Neste sentido, o Partido Socialista destaca-se pelo caminho que tem trilhado na defesa da igualdade e no combate a todas as formas de discriminação.

Deste modo, a presente Moção, apresentada no âmbito da minha candidatura à presidência das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos (MS-ID) dos Açores reflete a luta socialista pelo reconhecimento igualitário da Mulher, no seu empoderamento, mobilização e participação ativa, ao nível dos Açores, assente no princípio de igualdade que o Partido Socialista defende e promove. Através da criação da estrutura MS-ID no PS, as mulheres socialistas alcançaram uma forma de representatividade, que veio contribuir para atenuar o desequilíbrio de género existente, diminuindo a dificuldade que as mulheres tinham de chegar aos cargos de dirigentes das estruturas políticas.

Assim, as MS-ID têm vindo a desempenhar um papel determinante na denúncia de discriminações e violações dos direitos humanos, sendo uma estrutura em crescimento, numa perspetiva de desenvolvimento e consolidação de um modelo mais inclusivo de organização partidária, com vista a aumentar os índices de participação e, com isso, ampliar o projeto de transformação da sociedade preconizado pelo Partido Socialista.

Esta candidatura, sustentada programaticamente pela presente moção de orientação política global, visa liderar um grupo de mulheres empenhadas, motivadas e capazes de desenvolver um trabalho cívico e político sério, em prol da igualdade de oportunidades e de um exercício mais completo dos direitos políticos, sociais e económicos na Região Açores.

Em matéria de Igualdade e de Direitos é lamentável que, em pleno século XXI, ainda se assista a episódios de preconceito e de discriminação do sexo feminino, sendo urgente e indispensável ao progresso dos Açores que se ultrapasse um atraso estrutural e cultural que faz com que, por exemplo, a violência doméstica, física e psicológica, seja ainda um flagelo em muitas famílias açorianas.

É um dado adquirido que subsistem problemas de exclusão motivados por situações de discriminação, de intolerância, de desigualdade de género, pelo que, estas são matérias sobre as quais devemos atuar como agentes ativos de intervenção na promoção da igualdade de oportunidades e da não discriminação para todos.

Com esta Moção, pretendo unir as mulheres socialistas no combate às desigualdades e à discriminação, consolidar e aumentar a participação das mulheres nos centros de decisão política, promover a transversalidade do género e valorizar os direitos humanos como compromissos cívicos que devemos ter e exigir. Muitas vezes as mulheres não têm uma intervenção mais assídua na vida política pela dificuldade em conciliar vários papéis, surgindo assim o medo de falharem. É por isso, necessário continuar a intensificar a formação e a promover ações que assegurem o envolvimento e a participação efetiva das mulheres na política e no exercício do poder.

Acredito em causas nobres e humanas, que precisam ser defendidas e preservadas e a luta pela igualdade e pela não discriminação é uma delas.

Numa perspetiva histórica, foi só a partir do 25 de abril de 1974 que as mulheres portuguesas alcançaram o direito ao voto e consequentemente adquiriram o direito a ser eleitas. Todavia, em Portugal, até hoje, nunca tivemos uma Presidente da República e em todos estes anos apenas uma mulher foi Primeira-ministra em Portugal (Maria de Lourdes Pintasilgo, indigitada em 1979, no V Governo Constitucional, durante cinco meses).

É certo que o panorama atual da participação das mulheres na política e em funções de poder em Portugal, ainda que esteja a mudar, continua a ser feito com base no cumprimento da lei da paridade, lei esta que foi aprovada pelo Partido Socialista, e que, desde então, tem vindo a garantir uma maior participação das mulheres na vida política do país.

As mulheres representam mais de metade da população portuguesa, mas ainda estão longe de ser metade daqueles que nos governam.

No Parlamento português, só nas eleições de 2015 é que a Assembleia da República viu a representação feminina aumentar significativamente, com a eleição de 76 deputadas (33 %) que representaram um terço de mulheres entre os deputados eleitos e,

em 2019, dos 226 assentos parlamentares, 86 ficaram ocupados por mulheres (38%).

A sub-representação feminina na política ainda continua a ser uma realidade que piorou nas últimas autárquicas de 2021, em que dos 308 municípios apenas 28 são presididos por mulheres, o que representa uma liderança feminina de apenas 9%, existindo assim, 243 municípios (78,9%) que nunca elegeram uma mulher para governar.

Comparativamente com as autárquicas de 2017, o país regrediu no que diz respeito à representatividade das mulheres Presidentes de Câmara, que passaram de 32 em 2017 para 28 em 2021, menos 4 mulheres do que anteriormente.

Nos Açores, a situação foi diferente, porque, pela primeira vez existem 4 municípios presididos por mulheres, num universo de 19 municípios.

Ao longo desses anos, e embora verifiquemos uma evolução positiva, a política continua a ser um mundo marcadamente masculino, apesar do atual Governo Português estar acima da média europeia no que respeita às pastas ministeriais ocupadas por mulheres. Segundo dados da Fundação Robert Schuman, em junho de 2021, dos 466 ministros existentes nos países da UE, apenas 153 eram mulheres, surgindo Portugal em 11º lugar desta lista.

Em Portugal, foi com a governação do Partido Socialista que se iniciou a materialização de ações concretas de justiça, com ideias e objetivos políticos definidos e com políticas inclusivas de combate às desigualdades.

Há mais de uma década que o Partido Socialista tem construído planos nacionais para a igualdade, género, cidadania e não discriminação, para a promoção da igualdade de género e combate às discriminações, com medidas políticas que vieram garantir maior justiça social, cumprindo o desiderato de construir uma sociedade com mais igualdade de oportunidades.

Hoje, mais do que nunca, a igualdade entre mulheres e homens e a não discriminação constituem princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa, instituída em 1976 e do Tratado que instituiu a União Europeia, em 1957.

Mesmo reconhecendo que ainda há muito para fazer, ao longo da última década foram muitas e significativas as conquistas alcançadas pelo Partido Socialista ao nível da igualdade e da não discriminação:

Em 2015:

- Impedimos os retrocessos à interrupção voluntária da gravidez.

Em 2016:

- Aprovámos leis civilizacionais pela dignidade da pessoa e contra o sofrimento humano, leis estas que vieram garantir igual dignidade legal à hétero e à homoparentalidade.

- Garantimos o acesso de todas as mulheres à procriação medicamente assistida.

Em 2017:

- Aprovámos leis de representação equilibrada de género, que quebraram o teto de vidro que condicionava o acesso das mulheres aos lugares de topo da decisão económica e política, nomeadamente o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa;

- Introduzimos na Lei do Orçamento os orçamentos com perspetiva de género;

- Aprovámos a Lei da Prevenção e Combate à Discriminação Racial;

- Reforçámos o Quadro Legislativo para a prevenção e prática do assédio sexual no trabalho;

- Aprovámos a Lei para regulação urgente das responsabilidades parentais em situação de violência doméstica;

Em 2018:

- Garantimos o direito à autodeterminação e identidade de género;

- Reforçámos a proteção da intimidade da vida privada na Internet.

Em 2019:

- Conseguimos o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública;

- Procedemos à segunda alteração à Lei da Paridade nos órgãos do poder político com resultados muito positivos que vieram permitir uma representatividade mais equilibrada de mulheres e homens nas decisões políticas.

Em 2021:

- Lançámos o primeiro Plano Nacional contra o racismo.

Atualmente:

- Temos uma Rede Nacional de Atendimentos às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD);

- Realizamos diversas campanhas anuais de prevenção da violência doméstica (VD), da mutilação genital feminina (MGF) e do tráfico de seres humanos (TSH);

- Temos um Plano de Formação para profissionais com intervenção nestas matérias;

- Apresentámos uma proposta para a criação de uma base de dados da violência doméstica e a clarificação do estatuto de vítima para as crianças;

- Aprovámos a integração de ONG de mulheres na Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública.

Todas estas medidas de combate às desigualdades foram preponderantes para se criarem mais e melhores oportunidades para todas as pessoas, afirmando assim os valores de Liberdade e da Igualdade como condição de democracia, de equidade e de progresso, valores estruturantes do pensamento e da ação do Partido Socialista.

ESTRUTURA MS-ID AÇORES: **MISSÃO E OBJETIVOS**

A estrutura das MS-ID, criada no Partido Socialista, tem o objetivo de promover uma efetiva igualdade de direitos entre mulheres e homens e a sua participação paritária em todas as esferas da vida social, económica, cultural e social, tendo como foco a atividade do Partido;

Deste modo, o PS Açores aprovou no último Congresso Regional a criação da estrutura das mulheres socialistas (MS-ID) nos Açores.

Com esta candidatura a nível das MS-ID dos Açores a missão é:

- Estabelecer a estrutura regional das MS-ID;
- Alargar a estrutura das MS-ID às estruturas concelhias;
- Promover listas paritárias em todos os níveis da intervenção partidária;
- Acompanhar o debate sobre as Políticas de Igualdade a nível europeu e internacional, com o objetivo de influenciar os resultados da negociação, no sentido de assegurar que a Igualdade de Género seja uma prioridade nos futuros programas europeus e nacionais, privilegiando uma participação ativa junto do Partido Socialista Europeu, em particular do PES Women.

Sobre o combate às desigualdades a nossa ação estará alinhada com instrumentos de política pública em que defendemos:

- Paridade 50/50 na Política e na Economia;
- Igualdade no mercado do trabalho;
- Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal;
- Combate à violência contra as mulheres e violência doméstica;
- Combate à homofobia e transfobia;
- Poder Local, inclusão e territórios e inteligentes;

- Transição digital inclusiva;
- Alterações climáticas, igualdade e sustentabilidade ambiental;
- Combater o racismo e a xenofobia;
- Educação para a cidadania;
- Boa governação: orçamentos sensíveis ao género;
- Fomentar o diálogo e trabalhar junto do Governo, Poder Local, parceiros sociais e demais interlocutores relevantes;
- Fomentar a implementação de medidas preconizadas no manifesto para a igualdade no Poder Local das MS- ID, apostando na sua integração nos programas eleitorais do Partido Socialista às eleições autárquicas 2025.

MANIFESTO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO PORQUE “A IGUALDADE NÃO TEM GÉNERO”

NA Igualdade não tem género!

Não precisamos ser mulheres para defender os direitos das mulheres, nem de fazer parte de uma minoria para lutar contra o racismo, nem homossexuais para ser contra a homofobia, nem vítimas de violência para ser contra a violência.

Acredito em causas humanas, que precisam ser defendidas, as quais norteiam não só a minha vida pessoal, como a minha intervenção cívica como mulher e como política.

Infelizmente, e cada vez mais, os problemas de exclusão, motivados por situações de preconceito, intolerância, de racismo, de exclusão no trabalho, de desigualdade de género persistem, pelo que, o Partido Socialista dos Açores deve atuar como verdadeiro agente ativo de intervenção a favor da Igualdade para todos.

É com esse espírito que com esta Moção proponho liderar um grupo de mulheres empenhadas, motivadas e capazes de desenvolver um trabalho cívico e político sério, em prol da igualdade nos Açores.

No Partido Socialista, as mulheres não são acrílicas, pelo contrário, promovem uma política de proximidade, onde refletem sobre as suas ações, identificam os constrangimentos e repensam a viabilidade das ações, encarando o futuro como o tempo de fazer melhor e de progredir em conjunto, adequando a organização do partido às reais exigências.

É assim fundamental continuar a realizar um trabalho conjunto de proximidade e de cooperação que reforce o papel e a ação das mulheres socialistas.

Em pleno século XXI os Açores estão mais abertos ao mundo, estamos longe do tempo de isolamento e mais disponíveis e capacitados para acompanhar e motivar os ventos de progresso que representam também mais oportunidades de cada ser humano se afirmar em plenitude.

Cabe às mulheres socialistas açorianas o dever de unidas contribuírem para fazer a diferença, num processo que se pretende transformador e positivo, para uma sociedade mais justa e equilibrada.

Com o PS e com as Mulheres Socialistas, os Açores estão no bom caminho!



Cristina Calisto

Candidatura
MS-ID